



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES B1 – LATINDEX
Nº. 25 – Ano XIII – 05/2024
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Emancipação política dos distritos, uma discussão necessária: o caso de Porto Seguro e Arraial D'Ajuda – Bahia¹

Prof. Dr. Sebastião Cerqueira-Neto
Doutor em Geografia – Universidade Federal de Sergipe/SE - Brasil
Docente do Instituto Federal da Bahia/Campus Porto Seguro – IFBA – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0707747014759987>
E-mail: cerqueiraneto.mg@gmail.com

MSc. Leonardo Dias Nascimento
Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
Técnico do Instituto Federal da Bahia/Campus Porto Seguro – IFBA – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0387993294657486>
E-mail: leonardo.dias@ifba.edu.br

Prof. MsC. Cediglês Lima dos Santos
Mestre em Matemática - PROFMAT / UESC - BA - Brasil
Docente do Instituto Federal da Bahia/Campus Porto Seguro – IFBA – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1938281618725931>
E-mail: cedigles.santos@ifba.edu.br

Prof. Dr. André Burigo Leite
Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia/ Universidade Estadual de Feira de Santana (UFBA-UEFS)
Docente do Instituto Federal da Bahia/Campus Porto Seguro – IFBA – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1484227308428090>
E-mail: andreburigo@ifba.edu.br

¹ Esse artigo é o resultado de uma pesquisa que teve o auxílio financeiro da PRPGI/IFBA através do edital 13/2022.

RESUMO: No Brasil os estudos urbanos, geralmente, têm se dedicado a acompanhar e a compreender a dinâmica das metrópoles, das cidades grandes e cidades médias. Nesse texto vamos refletir sobre a dinâmica entre as cidades-sedes e seus distritos na região do Extremo Sul da Bahia e especificamente a relação entre Porto Seguro e o distrito de Arraial D'Ajuda. O processo de globalização percebido com mais atenção nos territórios luminosos também chegou aos distritos provocando um aumento da urbanização em seus territórios. Ter esse tema como pesquisa tem uma importância para compreender novas configurações urbanas que surgem silenciosamente e que crescem de maneira desordenada, reproduzindo em menor escala problemas urbanos semelhantes aos existentes em sua sede. Arraial D'Ajuda, Posto da Mata e Itabatã, em diferentes momentos históricos, desejaram fazer a emancipação política de suas cidades-sedes. Essa é uma discussão feita sob diversas perspectivas antagônicas e que precisa ser aprofundada; e este é o objetivo geral deste artigo.

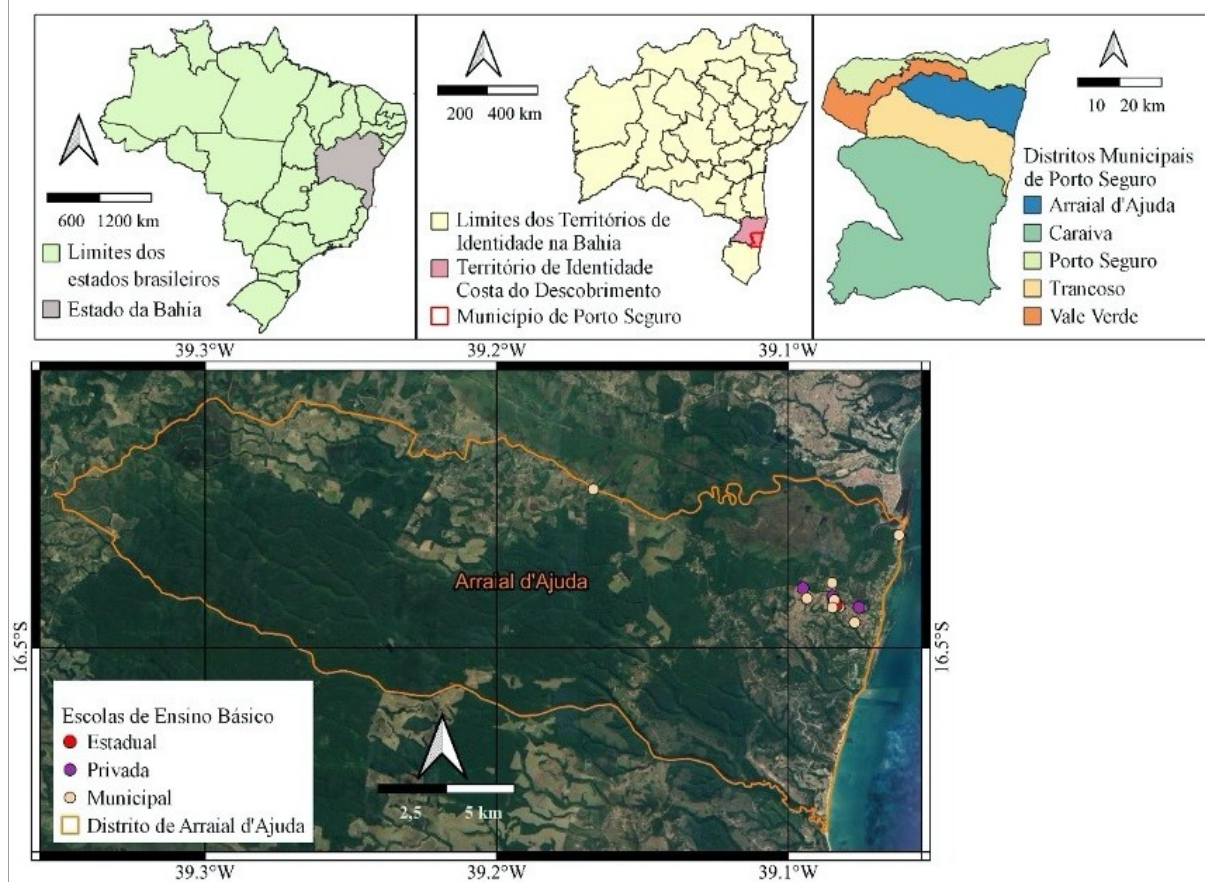
Palavras-Chave: Dinâmica dos distritos, Porto Seguro, Arraial D'Ajuda, Extremo Sul da Bahia.

Introdução

O distrito de Arraial D'ajuda faz parte da área total do município de Porto Seguro que está localizado na região do Extremo Sul da Bahia (figura 01), é a referência na região turística da Costa do Descobrimento. Por ter se tornado um polo de atração populacional, Porto Seguro teve a sua urbanização elaborada pelo poder público bem como pelos pequenos empreendimentos, pela instalação de grandes hotéis, construções de moradias particulares, condomínios fechados e ocupações de áreas por pessoas de baixa renda.

Uma urbanização que ultrapassou os limites da sede e foi replicada em seus distritos de maior atração turística, como foi no caso de Arraial D'Ajuda, Caraíva e Trancoso. E é a relação entre a sede e o distrito de Arraial D'Ajuda que a pesquisa que deu origem a este artigo centrou suas análises.

Figura 1 – Localização da área de estudo



Elaboração: OLIVEIRA, Jeorge L.M. (2023)

Arraial D'Ajuda adquiriu configuração e dinâmica de pequenas cidades, com uma vida econômica, social, cultural própria, sendo vendidos como atrativos turísticos sem necessitar usar o nome do município sede. Este distrito parece sair do controle e de um planejamento precário no que tange a sua urbanização e produção das atividades turísticas em seus espaços. Essa dinâmica geoeconômica do distrito de Arraial D'Ajuda se configura num campo fértil para estudos geográficos, e essa dinâmica que é o principal escopo dessa proposta de pesquisa.

Há no Brasil uma tendência em estudar o urbano a partir das metrópoles, grandes cidades, mais recentemente de médias cidades. As classificações de cidades são objetos de pesquisas acadêmicas e de institutos como o IBGE. No entanto, os estudos da dinâmica dos distritos são incipientes e carecem de um aprofundamento maior. De acordo com Silva (2014, p.03)

A pouca produção específica sobre o tema, o estudo no Brasil sobre distritos é bastante restrito, principalmente no âmbito da geografia urbana e agrária, dificultando assim a visibilidade dos mesmos. Talvez por isso, percebe-se uma negligência do poder público com a população, no que diz respeito a políticas públicas básicas como saúde e educação, ou seja, as demandas necessárias as comunidades distritais municipais.

E nessa lacuna de estudos que desenvolvemos uma pesquisa no Extremo Sul da Bahia, especificamente, sobre a relação de Porto Seguro com o distrito de Arraial D'Ajuda, que deu origem a este artigo.

A análise que percorre todo esse texto foi embasada metodologicamente em trabalhos de campo, bem como, em trabalhos de gabinete que serão executados de forma simultânea durante a execução da pesquisa. Por ser um tema incipiente nos estudos sobre a geografia da região do Extremo Sul da Bahia – inclusive para justificar o limite das referências bibliográficas desse artigo – as análises tiveram grande influência do empirismo por parte da equipe de pesquisa. Em campo foi possível coletar dados tanto em órgãos oficiais dos governos federal, estadual e municipal.

Certamente que cada ciência tenha o seu próprio método, no entanto, nos dias atuais a fusão de métodos de várias áreas do conhecimento tem avançado na direção de uma pesquisa que pretende abordagens mais amplas. Isto quer dizer que é benéfico “o intercâmbio dos vários métodos entre as diferentes ciências” (MENDONÇA, 1998, p.40). Na mesma linha de raciocínio, Moreira (1994, p.61) afirma que “o método geográfico é uma combinação de outros tantos métodos, como o método comparativo, o método taxonômico (classificação) e o método quantitativo”. Essas concepções sugeridas por Mendonça (1998) e Moreira (1994) nortearam nosso trabalho de campo e a escrita deste texto em tela.

Além do uso de uma bibliografia geral sobre o urbano no Brasil, há dois artigos sobre o assunto específicos sobre o tema desse artigo que foram importantes nos diálogos teóricos: o primeiro escrito por Pina, J. H. A., Lima, O. A. de, & Silva, V. de P. da. (2008) intitulado “Município e distrito: um estudo teórico” publicado no periódico Campo-Território, revista de geografia agrária da Universidade Federal de Uberlândia, e o outro artigo é “Distritos e

desmembramentos municipais: Explorando dados do século XIX para o estudo das configurações político-territoriais dos municípios” publicado nos anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP da autoria de Siqueira (2008).

No que se refere a emancipação de distritos no Estado da Bahia, há um artigo publicado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2013) intitulado “Uma análise prospectiva da emancipação dos distritos baianos” dos autores Freitas e Santos, demonstrando que o assunto deve ser objeto de estudos mais aprofundados, haja vista que se percebe uma dinamização econômica de alguns distritos.

Portanto, a dinâmica dos distritos na Bahia e particularmente na região do Extremo Sul do Estado é objeto de observação da nossa atividade enquanto geógrafo que tem a base de suas pesquisas nessa região baiana. E este artigo se apresenta como uma colaboração para a compreensão da relação entre as cidades-sedes e seus distritos. Neste sentido seguimos a orientação de Monteiro (1981) sobre o nosso papel enquanto pesquisador, entendendo que:

O grande papel da comunidade científica, em qualquer sociedade, é contribuir para que a percepção dos fatos (naturais, sociais, físicos, econômicos, etc.) seja a mais próxima da realidade para que as decisões tomadas sejam as mais adequadas [no que tange ao desenvolvimento dos lugares] (Monteiro, 1981, p.98).

Dentro da ciência geográfica esta pesquisa se constitui numa contribuição para os estudos de geografia regional e urbana, e, por conseguinte uma contribuição para a geografia no Brasil, tendo em vista que a criação de novos municípios passa pela sanção do Presidente da República implicando numa reorganização não apenas nos repasses financeiros, mas, num reordenamento territorial.

Urbanização: alguns pressupostos

Não há como não tratar a questão de emancipação político-administrativa dos distritos sem citarmos referências à urbanização e seus pressupostos, haja vista que, a passagem de um distrito para a categoria de município está intrínseco o processo de urbanização. Neste tópico sublinhamos alguns conceitos mais generalizados sobre este processo como forma de compreender que ele também acontece de maneira aleatória, isto é, sem planejamento, como acontece historicamente na formação dos nossos municípios no Brasil.

Esta dinâmica tem relação direta com a exclusão social que “é marcada no território pelas ocupações das periferias que ocupam as terras que comumente são frágeis ou não passíveis de ocupação, como as áreas de encostas, inundáveis, entre outras áreas periféricas desprovidas de infraestrutura urbana equipamentos e serviços necessários para a reprodução urbana” (Teixeira; Ribeiro, 2016, p.09). No município de Porto Seguro, por exemplo, temos o bairro Baianão (o maior em termos de população) e o próprio distrito de Arraial D’Ajuda onde o Plano Diretor Urbano não é aplicado. O resultado são ocupações em áreas de riscos que são feitas por famílias de baixa renda bem como por famílias abastadas que vão construir suas residências à beira-mar.

Para Cabral; Cândido (2019, p.02), “o urbano tem sido um espaço de crescimento, desenvolvimento e contradições. É sabido que crescimento versus desenvolvimento são categorias de análise diferentes [...], apesar de por vezes serem confundidas comumente em uma mesma vertente de análise.” E, é nessa confusão, ou fusão, entre esses dois vocábulos que o senso comum se apega para interpretar a expansão urbana de alguns municípios e distritos. Mesmo porque “o crescimento das cidades não tem alinhamento ao desenvolvimento urbano” (Cabral; Cândido, 2019, p.02). Para além do senso comum, da percepção da população, os políticos municipais, sobretudo, de municípios desprovidos de uma equipe técnica de urbanização analisam seus territórios sem diferenciar o que seja o desenvolvimento e o crescimento. Por exemplo, a chegada de uma fábrica ou o aumento do contingente no turismo pode significar o desenvolvimento do município. Uma concepção muito atrelada ao passado onde a fumaça de uma chaminé das fábricas significava a chegada do progresso.

Diferenciando os dois processos, Cabral; Cândido (2019, p.04) alertam para o fato de que “o processo de crescimento das cidades não é somente desigual, mas, que em cada lugar encontra-se um caminho próprio de construção no que tange às desigualdades, a exclusão das minorias”. E se pensarmos os distritos, em sua maioria, como lugares de exclusão perante a organização das cidades-sedes, há uma tendência de que no futuro, caso um distrito se transforme num território atraente para implementação de empresas ou que se transforme num polo turístico e, conseqüentemente, um território de atração populacional, se revolte contra sua cidade-sede com pedido de emancipação política. Essa dinâmica é retrata em

diversos contextos históricos sobre a urbanização brasileira, como explicam Teixeira; Ribeiro (2016, p.02):

A urbanização no Brasil é marcada por processos de atração das pessoas do campo para as atividades profissionais do nascente urbano, que estimularam o fluxo migratório das pessoas em busca de empregos condições de trabalho. Esse movimento dos trabalhadores em busca de trabalho e a indústria nascente necessitando de mão de obra estão intrinsecamente ligados e desencadearam, grosso modo, os processos de industrialização e urbanização no Brasil.

Ao interpretar a urbanização através da mobilidade estrutural e geográfica, Faria (1991, p.09) explica que o processo de urbanização,

Não poderia ter ocorrido sem que grandes deslocamentos espaciais de população tivessem ocorrido e sem que houvesse importante mobilidade estrutural. Houve deslocamento do campo para a cidade, das cidades pequenas para as cidades grandes e de todo lado para as áreas metropolitanas de maior porte. Antigas ocupações desapareceram e novas foram criadas. Laços e raízes sociais foram desfeitos e refeitos.

Ao inchar, a cidade-sede vai perdendo sua capacidade de gerenciar o seu território, como uma das consequências, surgem bairros, ocupações sem planejamento e os distritos podem ser uma válvula de escape para parte da população. De acordo com Ribeiro; Vargas (2015, p.18), “a urbanização brasileira é plena de movimentos migratórios que se relacionam aos diversos ciclos econômicos”. No Extremo Sul da Bahia e especificamente no que concerne a urbanização dos distritos de Arraial D’Ajuda, Posto da Mata e Itabatã, está relacionada diretamente com o boom do turismo e a produção do eucalipto na região. Duas atividades econômicas que têm suas expansões relacionadas diretamente com as condições naturais (as praias para o turismo) e condições edafoclimáticas para o plantio do eucalipto, guiadas pelo processo de globalização.

De distrito à cidade: uma dinâmica possível

Como se define um distrito? Quanto a uma definição técnica nos apoiamo-nos na classificação do IBGE (2023, p.05) que trata os distritos como

Unidades territoriais administrativas subdivididas dos municípios. Sua criação, desmembramento ou fusão se faz por lei municipal, observada a continuidade territorial e os requisitos previstos em Lei Complementar estadual. Podem, a depender da legislação estadual, serem subdivididos, conforme o caso, em subdistritos, regiões administrativas, zonas e similares.

Para além de uma definição técnica o distrito é também um lugar com vários significados para os seus moradores, ainda que haja muitas carências na infraestrutura. Talvez por isso aflore, em algumas populações, o desejo de se emanciparem politicamente para que possam viver e ao mesmo tempo participar das tomadas de decisões quanto ao futuro do lugar onde moram, pois, as gestões centralizadas não atendem as suas necessidades.

Ao fazermos um exercício de pensar sobre o nascimento das cidades veremos que todas elas têm sua origem a partir de um pequeno povoado, que antes sequer eram classificados como distrito, pois não havia uma urbanização tão complexa e desordenada como a que temos hoje no Brasil. Para ficar apenas em dois exemplos temos, a cidade de Salvador capital da Bahia que nasce de uma Capitania Hereditária e Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, que tem sua origem no arraial de Curral Del Rei.

Na Bahia há vários exemplos de distritos que se tornaram novos municípios, emergindo no espaço de forma silenciosa provocando sensíveis transformações territoriais e obrigando aos poderes municipal e estadual a rever suas relações com os distritos. O maior exemplo no estado é a cidade de Luiz Eduardo Magalhães, antigo distrito Mimoso do Oeste que pertencia ao município de Barreiras. Nos dias atuais o município de Luiz Eduardo Magalhães é uma referência no setor do agronegócio no país.

A urbanização do Extremo Sul da Bahia, como na maior parte do país, se desenvolveu sem planejamentos. Contribuindo para isso a concentração de investimentos em Salvador. De acordo com Silva; Silva (2003, p.104), “a questão urbana na Bahia não se resume mais a Salvador e algumas poucas cidades, como nos anos 60; hoje ela praticamente se manifesta em todo o território estadual (...).

Essa dinâmica pode ser explicada no Extremo Sul da Bahia a partir do boom do turismo, da expansão do plantio de eucalipto e mais recentemente o plantio da cana de açúcar, que contribuíram substancialmente para um aumento da urbanização nas cidades litorâneas da região.

Portanto, de uma maneira geral a Geografia se dedica aos estudos das cidades e suas dinâmicas, contudo, há um hiato nos estudos sobre os distritos. De acordo com Pina; Lima; Da Silva (2008, pp 125-126) “não existe uma literatura ampla e objetiva que trate do distrito e, ao mesmo tempo, entende-se a importância de defini-lo numa perspectiva geográfica para que se entenda a sua dinâmica”. Por exemplo, é possível encontrar diversos estudos sobre Porto Seguro, sobretudo, nas áreas da História e do Turismo. Os distritos de Arraial D’Ajuda e Trancoso aparecem como um apêndice ganhando espaço nas pesquisas em função da sua fisiografia privilegiada. Assim, os distritos são também um campo fértil para elaborar proposições de pesquisas no campo da Geografia.

É preciso identificar e compreender quais são as causas dessa fragilidade administrativa que provoca a eclosão dos discursos emancipatórios de alguns territórios. Certamente que não se pode apenas pedir emancipação por questões de discordâncias políticas partidárias, por outro lado, não se pode deixar comunidades alijadas das decisões políticas e econômicas do município; mesmo porque elas participam de forma substancial na arrecadação do município. Por exemplo, o turismo de luxo em Arraial D’Ajuda bem como seus condomínios de luxo são fontes de arrecadações importantes para o município de Porto Seguro. Posto da Mata e Itabatã são aonde estão instaladas as grandes empresas dos seus municípios; consequentemente onde se localizam o comércio mais forte.

Durante a pesquisa não foi possível saber exatamente o quantitativo da participação desses distritos na arrecadação total, pois, é um assunto ainda delicado, justamente porque pode se configurar numa justificativa para suas emancipações. Logo, produzir reflexões sobre o tema é contribuir para o entendimento dessa relação entre cidades-sedes e seus distritos, onde o tensionamento pode ocasionar em emancipação política.

Os distritos, em algumas partes do país, não são apenas representantes de um residual do que foi o espaço rural do município num dado período da história. “É importante destacar que embora estejam localizados na zona rural do município, a

sede dos distritos é considerada parte integrante da zona urbana, e sua população é contada em Censos e dados populacionais oficiais como sendo população urbana” (SILVA, 2014, p.04), por isso são também a extensão de uma urbanização que ultrapassa a demarcação administrativa da sede, e que em alguns casos com uma cultura própria.

Posto da Mata e Itabatã: futuras cidades?

Há no território da região do Extremo Sul da Bahia municípios que estão passando por um intenso processo de intensa urbanização dos distritos, que começam a adquirir uma dinâmica urbana, em alguns casos, maior que suas sedes. Entre eles os distritos de Posto da Mata (pertencente a Nova Viçosa) e Itabatã (pertencente a Mucuri). Essas novas células urbanas emergem no espaço, num primeiro momento de forma silenciosa, isto é, sem que o governo da cidade-sede perceba a sua expansão, e acabam por provocar sensíveis transformações territoriais, requerendo que o poder público municipal das sedes reveja o modelo de gestão na totalidade do território.

O rápido inchaço das cidades-sedes também se configura num fator importante no que concerne ao deslocamento de alguns investimentos para os distritos, sobretudo, para aquelas empresas que necessitam de espaço físico para a ampliação de suas atividades, bem como a dos seus terceirizados, causando transformações no espaço rural desses municípios. No início da década de 1990 o eucalipto contribuiu de maneira substancial para que os distritos de Posto da Mata e Itabatã tivessem suas urbanizações expandidas.

No caso de Itabatã e Posto da Mata, a posição geográfica privilegiada, às margens da BR 101, foi um fator importante para o crescimento de suas urbanizações. Ao contrário de suas sedes municipais que se encontram a 76 km (Nova Viçosa) e 34 Km (Mucuri) desse importante eixo rodoviário do país. Esse cenário pode ter contribuído para um arrefecimento da urbanização nas cidades-sedes e aquecendo nos distritos.

Nos dois distritos há uma organização política, num trabalho de convencimento junto aos moradores locais (já aceito pelas sociedades locais), em busca da emancipação. Em Posto da Mata o movimento ganha reforço através das redes sociais (figura 02); demonstrando que o distrito está conectado à internet.

Ainda que possa parecer que a popularização da internet chegou à todos os lugares, é importante reforçar que no ano de 2022, no Brasil, havia 36 milhões na acessaram a internet², sobretudo, por pessoas pertencentes as classe D e E, população majoritária nos distritos. Portanto, nesse sentido, Arraial D'Ajuda, Posto da Mata e Itabatã podem ser considerados territórios privilegiados.

Figura 02. Campanha de emancipação numa rede social no ano de 2021

facebook

rar



Colaboração: Ademir Rodrigues O. Júnior

Em Itabatã, uma matéria escrita (figura 03) pelo jornalista Ademir Rodrigues Júnior mostra a atuação de um político local e sua esperança de que a, então, Presidente Dilma Rousseff sancionasse a emancipação do distrito; emancipação que acabou sendo vetada pela Presidente.

Figura 03. Em busca da emancipação de Itabatã

Emancipação: Venâncio diz que Itabatã está “bem além do que se exige para criação de um novo município”.

23 de outubro de 2013

Presidente do PSC acredita que projeto será sancionado por Dilma e sem demora o distrito terá sua autonomia administrativa

Por: prof. Ademir Rodrigues de Oliveira Jr.

Fonte: <https://ademirperdetudo.wordpress.com>

² <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/05/16/36-milhoes-de-pessoas-no-brasil-nao-acessaram-a-internet-em-2022-diz-pesquisa.ghtml>

Posto da Mata e Itabatã possuem uma organização urbana (quadro 01) como qualquer outra cidade com o centro e seus bairros com equipamentos que poderiam justificar suas emancipações político-administrativa, inclusive com estudos quantitativos como demonstrado na figura 04.

Quadro 01. Bairros dos distritos de Posto da Mata e Itabatã

Posto da Mata/bairros	Itabatã/bairros
Acácia, Baixada Fluminense, Centro, Cajueiro, Campo Verde, Jardim Primavera, Henrique de Brito, Castelo, Morada dos Eucaliptos, Jardim dos Eucaliptos, Santa Amélia, Copacabana, Aparecida, Esplanada, Mangueira, Cidade Alta, Caribe, Recanto do Lago, Baía dos Santos, Portela, Central, Baía de Guanabara, Trevo de Posto da Mata, Granville, Bom Sucesso e Primavera.	Bela Vista, Jardim dos Eucaliptos, São José Operário, Planalto Verde, Nova Era, Cidade Alta, Centro, Gazinelândia, Cidade Nova I e II, Triângulo Leal, Caribe I e II.

Elaboração: Cerqueira-Neto (2023)

Mesmo com toda organização política e social, apresentando uma organização urbana, possuindo equipamentos (hospitais, escolas, postos de saúde, igrejas, templos), comércio forte e ainda que as propostas tivessem o aval do Senado, a Presidente Dilma Rousseff através da mensagem nº 505, publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) vetou os pedidos de emancipações justificando a geração de mais gastos e falta de receita. Manifestação baseada no entendimento do Ministério da Fazenda.

Figura 04. Estudos sobre uma possível emancipação política de distritos na Bahia. Em destaque os dois distritos destacados neste tópico do artigo.

Tabela 1
Análise de perda de transferência do FPM, para dados de 2013, dos vinte municípios

Municípios	População	FPM (R\$ milh.)	Distritos	População	FPM (R\$ milh.)	Nova Pop.	Novo FPM (R\$ milh.)	Perda Pop.	Perdas FPM (%)
Camaçari	275.575	59,8	Vila de Abrantes	48.283	18,8	227.292	59,8	0,2%	0,0%
Campo Formoso	71.507	24,5	Laje dos Negros	10.212	7,5	61.295	22,6	14,3%	7,8%
Canarana	26.006	13,2	Salobro	10.649	7,5	15.357	9,4	40,9%	28,8%
Casa Nova	70.796	22,6	Santana do Sobrado	13.089	7,5	57.707	20,8	18,5%	8,0%
Curaça	34.725	15,1	Riacho Seco	12.524	7,5	22.201	11,3	36,1%	25,2%
Encruzilhada	21.418	11,3	Vila do Café	12.000	7,5	9.418	5,6	56,0%	50,4%
Felra de Santana	606.139	59,8	Humildes	13.462	7,5	592.677	59,8	2,2%	0,0%
Ibirapitanga	24.059	13,2	Itamarati	9.671	5,6	14.388	9,4	40,2%	28,8%
Itacaré	26.753	13,2	Taboquinhas	10.057	5,6	16.696	9,4	37,6%	28,8%
Itapicuru	35.255	15,1	Sambaíba	18.908	11,3	16.347	9,4	53,6%	37,7%
Jaguaquara	54.902	22,6	Stela Dubois	9.800	5,6	45.102	18,9	17,8%	16,4%
Mata de São João	44.538	20,8	Açu da Torre	12.207	7,5	32.331	15,1	27,4%	27,4%
Mucuri	34.725	15,1	Itabetã	18.011	11,3	16.714	9,4	51,9%	37,7%
Muritiba	30.635	15,1	São José do Itaporã	10.632	7,5	20.003	11,3	34,7%	25,2%
Nova Viçosa	42.265	18,9	Posto da Mata	22.168	11,3	20.097	11,3	52,5%	40,2%
Oliveira dos Brejinhos	22.738	11,3	Bom Sossego / Pubaça	11.397	7,5	11.341	7,5	50,1%	33,6%
Porto Seguro	141.006	34,0	Arraial d'Ajuda	16.997	11,3	124.009	32,1	12,1%	5,6%
Quiljê	28.996	13,2	Algodões	12.089	7,5	16.907	9,4	41,7%	28,8%
São Desidério	31.785	15,1	Roda Velha	10.591	7,5	21.194	11,3	33,3%	25,2%
Tanhaçu	21.246	11,3	Suçuarana	10.164	5,6	11.082	7,5	47,8%	33,6%

Fonte: Censo Demográfico (2013).

Fonte: Freitas e Santos (2013).

Contudo, os debates ainda fazem parte do cotidiano dos dois distritos. Talvez na espera de um momento político mais propício. Porém, irá depender de um grande debate em nível nacional que passa pela vontade política do Congresso Nacional em incluir essa discussão em sua pauta.

Arraial D'Ajuda e o movimento emancipatório

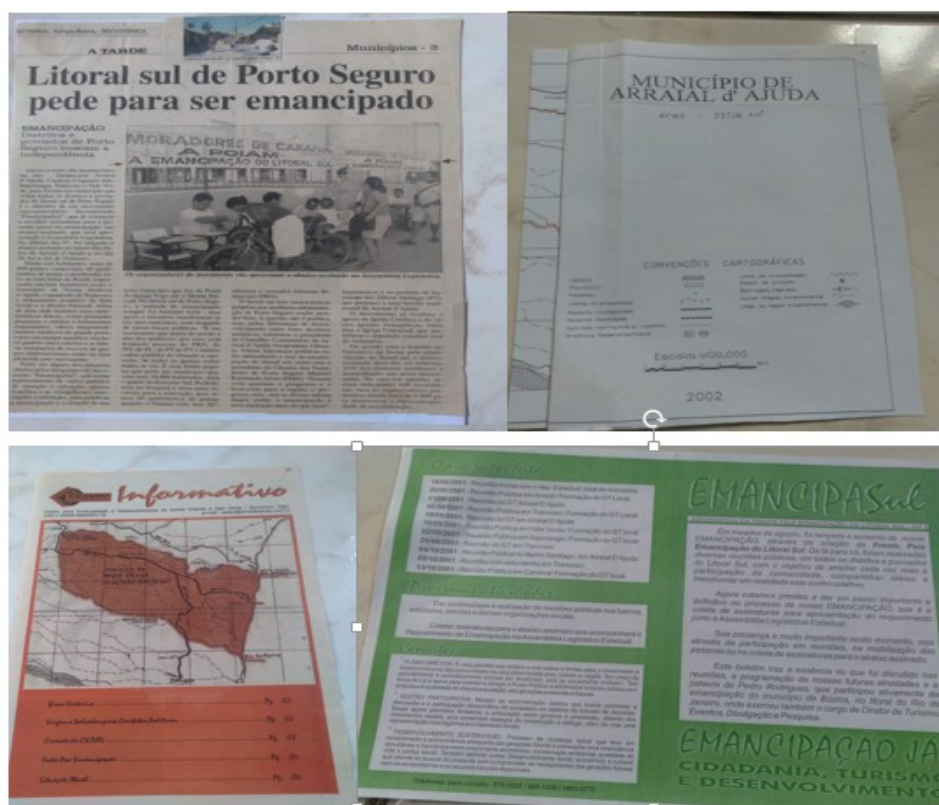
A análise sobre a dinâmica de Arraial D'Ajuda está dentro de um projeto maior que é desenvolvido dentro do Grupo de Pesquisa Milton Santos IFBA/CNPq, que acompanha as transformações nos 21 municípios que compõem o Extremo Sul da Bahia. Nosso olhar sobre este distrito é construído a partir de uma perspectiva

geográfica, pautado num intenso trabalho de campo, coleta e interpretação de documentos de cunho histórico que construíram um arcabouço para que pudéssemos compreender algum dos motivos que fizeram aflorar o desejo de emancipação política.

Igualmente aos distritos de Posto da Mata e Itabatã, Arraial D'Ajuda teve um movimento organizado de emancipação política de Porto Seguro, porém com menor alcance midiático; muito provavelmente porque ainda não tínhamos a popularização das mídias sociais e outras plataformas de informações como houve na época em que Posto da Mata e Itabatã pleitearam suas emancipações. A repercussão do movimento de emancipação de Arraial D'Ajuda se deu basicamente por meios impressos como mostra a figura 05.

É importante ressaltar que ao elaborar um projeto de pesquisa para estudar a relação entre Porto Seguro e o distrito de Arraial D'Ajuda não tínhamos o conhecimento da existência de uma reivindicação formal, isto é, junto aos setores políticos regional e estadual. Foi no trabalho de campo tendo acesso a alguns documentos, e depois num estudo publicado pelo SEI, que conhecemos a materialidade de um processo que solicitava sua emancipação.

Figura 05. Documentos do período em que Arraial D'Ajuda buscava sua emancipação política.



Fonte: Neoponézio Gonçalves de Oliveira (2023)

A figura 05 reúne quatro documentos adquiridos junto a uma pessoa que participou ativamente do processo de organização dessa reivindicação. Nesses documentos é possível verificar uma organização da sociedade local com a divulgação dos anseios pela emancipação política destacada no jornal “A tarde”, com grande circulação no Estado da Bahia no ano de 2001; documentos e informativos com estudos cartográficos inclusive com a demarcação do território de Arraial D'Ajuda; e uma agenda de reuniões com vários setores da sociedade e com lideranças de outros distritos de Porto Seguro.

Diante dessa documentação é inegável a existência de um sentimento por parte da população de Arraial D'Ajuda sobre a emancipação do seu território. Uma emancipação que também fez parte de um estudo realizado por Freitas; Santos (2013) – que dissecaremos no próximo tópico – embasado em dados quantitativos

sobre possíveis emancipações de alguns distritos no Estado da Bahia, como está demonstrado na figura 06.

Enquanto os distritos de Nova Viçosa e Mucuri tiveram uma expansão urbana provocada, sobretudo, pela implantação de empresas em seus territórios, em Arraial D'Ajuda houve a expansão do comércio e do setor de prestação de serviços pautados no turismo, ou simplesmente ocupado por pessoas que desejavam morar num ambiente, que para alguns, seria a tradução do paraíso.

Outro fator está na localização geográfica, enquanto Itabatã e Posto da Mata se localizam nas margens da BR 101, o distrito de Arraial D'Ajuda tem suas vias de ligação com Porto Seguro através da travessia em balsas e há um outro caminho pela BA 001 que está a aproximadamente 37 km de distância da BR 101. Nesse sentido, a localização geográfica de Arraial D'Ajuda não pode ser considerada privilegiada se levarmos em consideração com outras localidades no que se refere ao seu acesso.

O distrito de Arraial D'Ajuda serve como exemplo de como o turismo contribui para que essas comunidades fossem colocadas em evidência, mas também mostrando suas carências a partir do momento que se desenvolvem sem planejamento. Então, se estabelece uma dicotomia nessa dinâmica: o forte uso do território do distrito usado intensamente para a expansão do turismo provocou impactos negativos nos elementos naturais da paisagem. Portanto, “ao se fazer uma analogia do turismo com uma grande indústria, pode-se perceber que ele gera benefícios e também pode causar danos, dependendo da linha de análise que for empregada” (AUTOR, 2014, p.93).

Figura 06. Em destaque dados quantitativos sobre o distrito de Arraial D'Ajuda nos estudos de Freitas e Santos.

Tabela 1
Análise de perda de transferência do FPM, para dados de 2013, dos vinte municípios

Municípios	População	FPM (R\$ milh.)	Distritos	População	FPM (R\$ milh.)	Nova Pop.	Novo FPM (R\$ milh.)	Perda Pop.	Perdas FPM (%)
Camaçari	275.575	59,8	Vila de Abrantes	48.283	18,8	227.292	59,8	0,2%	0,0%
Campo Formoso	71.507	24,5	Laje dos Negros	10.212	7,5	61.295	22,6	14,3%	7,8%
Canarana	26.006	13,2	Salobro	10.649	7,5	15.357	9,4	40,9%	28,8%
Casa Nova	70.796	22,6	Santana do Sobrado	13.089	7,5	57.707	20,8	18,5%	8,0%
Curaça	34.725	15,1	Riacho Seco	12.524	7,5	22.201	11,3	36,1%	25,2%
Encruzilhada	21.418	11,3	Vila do Café	12.000	7,5	9.418	5,6	56,0%	50,4%
Feira de Santana	606.139	59,8	Humildes	13.462	7,5	592.677	59,8	2,2%	0,0%
Ibirapitanga	24.059	13,2	Itamarati	9.671	5,6	14.388	9,4	40,2%	28,8%
Itacaré	26.753	13,2	Taboquinhas	10.057	5,6	16.696	9,4	37,6%	28,8%
Itapicuru	35.255	15,1	Sambaíba	18.908	11,3	16.347	9,4	53,6%	37,7%
Jaguapara	54.902	22,6	Stata Dubois	9.800	5,6	45.102	18,9	17,8%	16,4%
Mata de São João	44.538	20,8	Açu da Torre	12.207	7,5	32.331	15,1	27,4%	27,4%
Mucuri	34.725	15,1	Itabetá	18.011	11,3	16.714	9,4	51,9%	37,7%
Murtiba	30.635	15,1	São José do Itaporã	10.632	7,5	20.003	11,3	34,7%	25,2%
Nova Viçosa	42.265	18,9	Posto da Mata	22.168	11,3	20.097	11,3	52,5%	40,2%
Oliveira dos Brejinhos	22.738	11,3	Bom Sossego /pubaça	11.397	7,5	11.341	7,5	50,1%	33,6%
Porto Seguro	141.006	34,0	Arraial d'ajuda	16.997	11,3	124.009	32,1	12,1%	5,6%
Quilique	28.996	13,2	Algodões	12.089	7,5	16.907	9,4	41,7%	28,8%
São Desidério	31.785	15,1	Roda Velha	10.591	7,5	21.194	11,3	33,3%	25,2%
Tanhaçu	21.246	11,3	Suçuarana	10.164	5,6	11.082	7,5	47,8%	33,6%

Fonte: Censo Demográfico (2013).

Fonte: Freitas e Santos (2013).

Outrossim, houve uma melhoria ou a colocação de infraestrutura, como a abertura e a pavimentação de estradas, a criação de redes de energia elétrica e de telecomunicação que possibilitaram a implantação de outros equipamentos (públicos e privados) como escolas, clínicas, profissionais liberais, supermercados. Assim, o distrito passa de um estágio de lugar opaco para uma condição luminosa.

Certamente que no processo de expansão urbana de Arraial D'Ajuda a mídia teve e tem um papel importante na “venda” de suas belezas naturais, para servir ao turista como um território promissor para se abrir um negócio ou para se morar. São apelos ufanistas como, por exemplo, que o distrito possui a rua mais charmosa do

Brasil, que tem um parque que se parece com a Disney, um dos melhores parques aquáticos do mundo, possui a esquina do mundo etc.

Como forma de qualificar o distrito como um lugar aprazível, as vezes é tratado nos textos da mídia como uma vila, um vilarejo. Um cenário que não traduz a realidade local tendo em vista que o distrito já possui problemas sociais e ambientais como qualquer outra cidade que está em expansão. Imitando a sua cidade-sede, Arraial D'Ajuda possui lugares privilegiados destinados aos condomínios de luxo bem como possui bairros que apareceram de forma desordenada, sem infraestrutura adequada onde a população mais pobre vive; população essa que será a grande parte da mão-de-obra no setor de serviços do distrito.

Ao recorrer a um site de buscas é possível encontrar que Arraial D'Ajuda é “vendido” pelas agências de turismo como um atrativo que não pertencesse a Porto Seguro. Esse descolamento da cidade-sede não se dá de forma ingênua, tem por objetivo ofertar um lugar diferente, uma nova grife para o turismo local sem fazer conexão com a cidade-sede. Dessa forma Arraial D'Ajuda investe num tipo de turismo que teria uma seletividade, mormente, no que tange a um nível econômico maior por parte de seus frequentadores, inversamente do que acontece na sede com o chamado turismo de sol e mar que tem numa das suas características a massificação, por conseguinte, um turismo economicamente mais acessível.

A regulação “espontânea” imposta pela condição econômica das pessoas de alguma forma regula o fluxo de turistas nesse distrito, visto que os preços praticados nos seus estabelecimentos exigem que o visitante tenha uma maior condição econômica para frequentá-los. Isso não significa dizer que as pessoas com um menor nível econômico sejam proibidas de frequentar Arraial D'Ajuda.

No que se refere a alguns dados demográficos do distrito, o último censo de educação municipal³ realizado em 2022 mostrou que a população de estudantes matriculados é de 3.431 alunos distribuídos em seis escolas e uma creche. Na planilha da Secretaria de Educação Municipal todas as escolas localizadas em Arraial são classificadas como escolas rurais.

Nas discussões teóricas que Pina; Lima; Da Silva (2008) trazem sobre a relação entre município e distrito há um esforço em encontrar o limite geográfico entre o urbano e rural, afirmando que “o campo também não pode ser identificado

³ Dados fornecidos pela Secretaria de Educação Municipal em 01/2023.

apenas como a agricultura e a pecuária” (PINA; LIMA; DA SILVA, 2008, p.127). Ao longo do texto os autores vão historiando as mudanças da dinâmica do campo sempre no viés da implementação tecnológica no rural. No caso de Arraial não houve um histórico rural no sentido de produção agropecuária. Diferente, por exemplo, do distrito de Vale Verde (também pertencente a Porto Seguro) totalmente voltado para a atividade agrícola.

Ainda segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – do censo do ano de 2010⁴, a população de Arraial D’Ajuda possuía uma população de 16.997 habitantes. Em conversa com um vereador do distrito ele acredita que esse número já esteja bastante defasado. De qualquer forma, a população de Arraial é quase cinco vezes maior que a população de Catolândia, município baiano com 3.599 habitantes de acordo com o último censo. Se fizermos uma analogia entre Arraial e Catolândia chegaremos à conclusão de que o distrito de Porto Seguro apresenta características na sua dinâmica muito mais urbanas do que Catolândia.

Emancipação de distritos: o debate na Bahia

As figuras 04 e 05 são um demonstrativo de que esse tema é importante e de alguma forma norteia discussões tanto na esfera política quanto acadêmica. Neste tópico vamos estabelecer alguns contrapontos em relação à análise sobre a emancipação de distritos baianos que dois economistas, Freitas; Santos (2013), realizaram e publicaram pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI). Os contrapontos que vamos oferecer não significam uma crítica ao trabalho desses dois estudiosos, mas tem o objetivo de agregar um pensamento humanístico a partir dos dados quantitativos que são nossas principais referências nos estudos concernentes ao Estado da Bahia. Assim, amparado teoricamente no estudo intitulado “Uma análise prospectiva da emancipação dos distritos baianos” desenvolvemos uma reflexão dentro da perspectiva da Geografia Humana.

Freitas; Santos (2013, p.03) citam “o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 98/2002 que regulamenta a criação de 188 novos municípios no Brasil. No estado da Bahia, 28 distritos pleiteiam emancipação, mas apenas 20 distritos cumprem requisito mínimo para tal investida”. Acrescentam ainda que esse PLC fico mais

⁴ Estamos utilizando os dados do Censo de 2010, pois, o IBGE ainda não disponibilizou a população por distrito.

exigente no que tange ao quantitativo populacional para o nascimento de novas cidades na região Nordeste. Os novos municípios teriam que ter uma população mínima de 8.784 habitantes. Dentro desse critério o distrito de Arraial D'ajuda se enquadra. Entretanto, somente este dado é insuficiente, pois, há outros vetores preponderantes que devem ser analisados.

Os autores do estudo alertam para o fato de que,

Do ponto de vista financeiro, as principais receitas que mantêm os municípios baianos com até 20 mil habitantes são as transferências constitucionais, sobretudo, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Estas representam, em média, 60% das receitas correntes. O FPM é distribuído a municípios levando em consideração sua população (Freitas; Santos, 2013, p.03).

Essa dependência do FPM é pública e notória, inclusive motivo pelo qual muitos dos nossos prefeitos a cada Censo se arvoram contra os números publicados pelo IBGE, sempre na direção de que seu município cresceu populacionalmente ou pelo menos que não perdeu moradores. Há uma inércia da grande maioria dos prefeitos de cidades pequenas no que tange a incentivar a produção local, que é quase sempre rural, mas, que poderia encontrar outros produtos e segmentos que pudessem ter papel fundamental na economia ou mesmo ser um complemento ao FPM.

Um outro ponto abordado pelo estudo sobre a emancipação dos distritos baianos destaca o quão os municípios remanescentes perderiam quanto ao FPM. De acordo com Freitas; Santos (2013, p.04), “os grandes prejudicados seriam os municípios remanescentes, pois estes teriam que necessariamente abrir mão de suas cotas parte do FPM, para financiar os municípios novos”. O questionamento que se coloca neste ponto é: se o FPM é proporcional a população de um município, então isso não implicaria perda para o município remanescente tendo em vista que ele teria a população diminuída, receberia o FPM proporcional, e não teria que sustentar a população de um recém criado município, pois esta não faria parte do seu território; conseqüentemente não aumentaria despesas.

Freitas; Santos (2013) destacam a dificuldade de que os novos municípios, sobretudo, de pequeno porte teriam quanto à arrecadação de impostos municipais.

Municípios de pequeno porte têm extrema dificuldade em cobrar adequadamente os dois principais tributos de sua competência como: o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto Predial Territorial e Urbano (IPTU). O primeiro, devido à grande informalidade nas atividades de serviços oferecidos e pela predominância da sonegação e baixa capacidade de fiscalização. Já o segundo, pela dificuldade e assimetria no processo de

determinação do valor dos imóveis, que geralmente são precários e têm baixo valor de mercado (Freitas; Santos, 2013, p.04).

Mas, esse cenário tributário não ocorre mesmo sem a emancipação política dos distritos? Dessa forma, o município sempre teria que optar entre investir em bairros na sua sede ou nos distritos. Geralmente os distritos ficam alijados, pois os bairros da cidade apresentam um contingente eleitoral maior.

No que se refere as melhorias na infraestrutura, os autores falam da necessidade de que os novos municípios teriam para gerar receitas para cobrir gastos com “serviços básicos necessários à população na área de saúde, educação, segurança e infraestrutura urbana como: pavimentação de ruas, saneamento básico, coleta de lixo, obras públicas etc.” (Freitas; Santos, 2013, p.04). Ao percorrer vários distritos do Extremo Sul da Bahia, foi possível verificar nos trabalhos de campo que os mesmos continuam carentes de todos os itens listados pelos autores, que são de obrigação dos poderes públicos para a construção de um bem-estar social.

Sobre a relação dos novos municípios com as cidades no seu entorno, Freitas; Santos (2013, p.07) dizem que:

Como os novos municípios não teriam uma infraestrutura para ofertar serviços básicos, sua população passaria a demandar serviços básicos de municípios ao entorno, causando impacto na estrutura dos municípios vizinhos, já que os mesmos teriam problema de fluxo de caixa por perderem cota parte no FPM e, além disso, ampliariam suas despesas devido à demanda por atendimento da população do novo município.

Essa relação de dependência no que concerne à falta de infraestrutura é uma dinâmica com qual os municípios aprenderam a conviver. Por exemplo, não existem hospitais de excelência em todas as cidades brasileiras, a grande maioria dos municípios de pequeno porte oferecem a educação até o último ano do ensino das séries iniciais, outros municípios não dispõem de agências bancárias etc. Por outro lado, os municípios carentes de infraestrutura fornecem, por exemplo, alimentos, pois são por característica de economia rural; depositam ou recebem seus vencimentos, aposentadoria nas agências bancárias das cidades vizinhas; os jovens migram para dar continuidade aos estudos, inclusive podendo se tornar mão de obra em diferentes setores.

Certamente há uma possibilidade de trocas entre os municípios que longe de ser uma relação de um hospedeiro parasita por parte do pequeno, está muito mais próximo de relação de interdependência. Da mesma forma como há as interdependências entre os municípios de uma região, de um estado para com o

outro, e numa escala global dos países entre si. Portanto, a emancipação não significa uma auto sustentação visto que nenhum território produz tudo aquilo que sua população necessita.

E, finalizando a análise do estudo de Freitas; Santos (2013) sobre solicitações e desejos de emancipações político-administrativas de distritos baianos destacamos a seguinte citação:

A maioria dos distritos que pleiteiam emancipação no estado da Bahia tem uma população média de 12 mil habitantes, município com população pequena tem maior dificuldade em prover serviços públicos, pois o custo marginal da oferta de serviços é grande na medida em que enfrentam problema de escala de produção e provisão de serviços públicos (Freitas; Santos, 2013 p.05).

O último Censo do ano de 2010 mostrou que no Brasil 67% do total de 5.570 municípios são compostos por municípios que possuem menos de 20 mil habitantes. São municípios que derivaram de outros municípios. Portanto, ainda que há muitas críticas a emancipação de distritos, a história territorial do país mostra que sempre houve uma necessidade da criação de novos municípios bem como de novos Estados. Logo, o país tem experiência e diplomacia política no que tange a sempre estar reconfigurando ou reordenando o seu território. Se os custos são grandes para a formação de novos municípios, também é verdade que eles podem representar um novo lugar para um recomeço ou mesmo de preservação de bens intangíveis para determinadas sociedades.

Considerações finais

Na Geografia há uma vasta literatura voltada para a relações campo-cidade, sobre a dinâmica das metrópoles, das cidades médias, de cidades-regionais, só para citar alguns exemplos. Mas há uma carência de bibliografia na relação cidades-sedes e seus distritos, que muitas vezes se confunde com a relação campo-cidade; as vezes um equívoco. Pesquisar a relação entre cidades-sedes e distritos tem uma importância para se compreender novas configurações territoriais com impacto na formação de novos mapas municipais.

Este artigo é o resultado de um estudo de caso, em um processo de observação/pesquisa que leva tempo para entender a dinâmica de Arraial D'Ajuda bem como de outros distritos do Extremo Sul a Bahia que desejam um território próprio. E por ser um estudo de caso, apresenta limitação de análise devido às diversas variáveis que formam a dinâmica de um território serem diferentes, ao levar

em consideração tempo e espaço. Por isso temos a cautela de não apresentar esse texto como um guia de emancipação política para distritos.

Nossa contribuição está no acompanhamento da dinâmica dos distritos, pontualmente na região do Extremo Sul da Bahia. Os distritos são entes que fazem parte de uma organização político-administrativa municipal, porém, com pouca visibilidade. Mas ao emergirem com aspirações de se tornarem “novas cidades” estes distritos passam a exigir novas elaborações de políticas de gestão por suas cidades-sedes, ou explicitam seus desejos de emancipação territorial.

O texto apresenta um cenário geográfico de um distrito de grande importância turística na região do Extremo Sul da Bahia e que parece ter “escapado” da administração local. Ao escolher como laboratório para a pesquisa o distrito de Arraial D’Ajuda levamos em consideração a sua dinâmica territorial que apresenta complexidades e atores maiores do que muitas cidades de porte pequeno, e onde os agentes da globalização se fazem presentes em decorrência da sua principal atividade econômica, o turismo. De acordo com Milton Santos (2000, p.23) “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. E esse processo de mundialização dos espaços, que não é linear, se faz presente em diferentes níveis de influência em diferentes escalas. Empresas como multinacionais da celulose, grandes grupos transnacionais investindo no turismo são exemplos da presença de agentes da globalização nesta parte da Bahia, e influenciam diretamente na dinâmica dos municípios exigindo mais espaço para suas atividades, o que conseqüente altera as configurações urbanas. Arraial D’Ajuda, ainda que classificado como distrito, consegue ter uma identidade própria, seja na sua dimensão cultural, econômica, urbanística e ambiental.

Reconhecemos que a questão sobre a emancipação de distritos é muito complexa, pois se estabelece um cenário de bipolaridade. De um lado, estão aqueles que defendem a emancipação, do outro lado, aqueles que desejam permanência da configuração político-administrativa.

Certamente que os que defendem a continuidade da configuração administrativa do território apresentam diversas argumentações sendo a parte financeira, perda de arrecadação, a mais apelativa. Apresentam propostas como, por exemplo, a de nomear um gestor indicado pelo prefeito da cidade-sede, da mesma forma como acontece nas capitais no sistema administrativo de prefeitura de

bairros. Esse modelo pode fracassar a partir do entendimento de que os vereadores dos distritos são os que representam a população local e, portanto, vivenciam as carências na proximidade com o território.

Outrossim, aqueles que desejam a emancipação dos distritos estariam dispostos a pensar em outras formas de administração? Por exemplo, esses novos municípios abririam a mão das figuras de prefeitos e vice-prefeitos? A Câmara Municipal, na figura do presidente, pode ser o representante político desses municípios. Isso diminuiria consideravelmente os gastos diretos com duas figuras políticas (prefeito e vice) gerando economia com os gastos dos seus salários e todas as nomeações de cargos sem concurso público que elas creditam como direitos pessoais. Isto é, teriam a capacidade de apresentar um projeto de lei que modificasse o modelo administrativo de um novo município? Não queremos simplificar essa questão apresentando esses dois problemas, mas, sem dúvida que as discussões são norteadas por eles.

Tanto Arraial D'Ajuda como Posto da Mata e Itabatã agregam em seus territórios povos tradicionais ou originários. Estariam as lideranças políticas desses distritos dispostas a inovar na democratização política, reservando uma cadeira na Câmara Legislativa para que representantes desses povos tenham possibilidades de ascender a vereança?

Geralmente as discussões e estudos sobre a criação de municípios/cidades são pautados pela ciência econômica, que não raro se mostra contrária à emancipação política de municípios e à criação de Estados. Não enveredamos pelo caminho da análise econômica, seja para contestar ou concordar com suas premissas sobre a dinâmica espacial que se trata da emancipação política de distritos, mesmo porque teria que adotar metodologias que não detemos competências técnicas para utilizá-las. Ademais, uma análise da dinâmica de um dado território não depende exclusivamente da sua dinamicidade da sua economia refletida apenas em números.

Propor outros caminhos que orientem a implantação e ou modificação das políticas públicas que partem da cidade-sede em direção ao distrito depende de variáveis concretas e abstratas e isso passa pela reescrita das leis orgânicas municipais bem como seus planos diretores, e por um comportamento político local que privilegie

uma administração mais equânime do território ou que reconheça sua inabilidade em gerenciar territórios que estão em constante transformação.

Em contato com políticos e a sociedade civil de Arraial D'Ajuda e de Porto Seguro percebemos que, por enquanto, não há perspectiva para que haja uma discussão em direção à emancipação política do distrito. Alguns motivos foram explicitados e outros, por causa de posições políticas divergentes, foram omitidos.

Certamente que não se pode apenas pedir emancipação por questões de discordâncias políticas partidárias, por outro lado, não se pode deixar comunidades alijadas das decisões políticas e econômicas do município; mesmo porque, no caso de Arraial D'Ajuda, o distrito participa de forma substancial na arrecadação do município. E aqui pode estar um dos motivos para que cidades-sedes se recusem a dividir o seu território, pois significaria perda de arrecadação.

Os resultados da nossa pesquisa, refletidos nesse texto, poderiam indicar que Arraial D'Ajuda teria condições para se tornar um município diante de sua dinâmica urbana ser maior que a maioria dos pequenos municípios da Bahia e do Brasil. Mas, não saberíamos afirmar se sua arrecadação o faria autossustentável. É de conhecimento público que grande parte dos municípios pequenos dependem, quase que exclusivamente, do repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

Por outro lado, acreditamos que a questão financeira é irrelevante quando a força política atua para que um distrito passe a ser um município. Também é verdade que muitos municípios ainda irão surgir reconfigurando vários estados brasileiros.

Concordando com Santos (2002, p.33) sobre o reordenamento territorial, trazendo o seu pensamento para a escala dos distritos, temos:

É que cada época cria necessidades distintas, a exigir arranjos diferentes, pois, sobretudo nos países novos e nas regiões novas, a eficácia das ações do poder público e da iniciativa privada depende das divisões territoriais, do respectivo estatuto político, das formas de gestão adequadas. Não cabe, certamente, redividir o território para atender mais depressa à vontade do lucro de empresas hegemônicas, ou à fome de votos de um político. Também não há por que mantê-lo indiviso por essas mesmas razões. [...] a criação de novos Estados em muitos casos criará as condições para uma acessibilidade política [...]. A descentralização não apenas formal ou funcional, mas estrutural, pode e deve ser um instrumento de democracia política e social.

Então, o que apresentamos nesse artigo é uma reflexão sobre como e o porquê alguns distritos começam a sonhar com suas emancipações políticas. O seu crescimento urbano sem planejamento, um território que se torna um atrativo

populacional, uma arrecadação que pode expressar uma grande parte da cidade-sede, impostos que não retornam para seu território para atender as demandas da população local, e uma administração frágil, incapaz de gerenciar todo o seu território, são algumas das causas que levaram, por exemplo, Arraial D'Ajuda a pleitear ser um município.

Nossa missão enquanto pesquisador na região do Extremo Sul da Bahia é continuar observando e produzindo pesquisas sobre a dinâmica regional bem como a dos seus municípios e, especificamente, dos distritos, objetivando colaborar na construção de uma literatura voltada sobre esses territórios que, longe de serem invisíveis, são territórios vivos e que a depender de suas características geográficas, dos anseios de sua população, bem como sua inserção na economia podem se tornar os novos municípios do país. E, é isso que estamos fazendo nessa parte da Bahia; dedicando a compreender a dinâmica de alguns distritos buscando oferecer uma colaboração para a literatura geográfica.

Referências

CABRAL, L. N., & CÂNDIDO, G. A. Urbanização, vulnerabilidade, resiliência: relações conceituais e compreensões de causa e efeito. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11(2019).

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2014.

FARIA, Vilmar E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. *Novos Estudos – CEBRAP*. Nº29, Março, 1991.

FREITAS, Urandi R. P.; SANTOS, Alex G. Q. Uma análise prospectiva da emancipação dos distritos baianos. Salvador (BA). *Revista da SEI*. Dezembro, 2013. Pp. 01-12.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Notas metodológicas. Disponível em https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0. Acesso em 26/04/2023.

MENDONÇA, Francisco. *Geografia física: ciência humana?* 6ª.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MONTEIRO, Carlos A. F. *A questão ambiental no Brasil (1960-1980)*. São Paulo: IGEOU-USP, 1981.

- MOREIRA, Ruy. *O que é geografia*. 14^a.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PINA, J. H. A., LIMA, O. A. de, & SILVA, V. de P. da. (2008). MUNICÍPIO E DISTRITO: um estudo teórico. *Revista Campo-Território*, 3(6). 2008. Pp.125-142.
- RIBEIRO, Helena; VARGAS, Heliana C. Urbanização, globalização e saúde. *Revista USP*. São Paulo. n. 107. p. 13-26 • outubro/novembro/dezembro 2015.
- SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaios de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SILVA, Maria Alves Soares da. Distritos municipais: entre a modernidade da cidade e a tradição do campo. *Seminário Estadual de Estudos Territoriais*. Ponta Grossa (PR), Brasil, 2014.
- SILVA, Sylvio C.B.M. e SILVA, Barbara-Christine N. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: UFBA, 2003.
- SIQUEIRA, C.G.; Fragmentação metropolitana e desmembramentos municipais: a configuração territorial de Campinas a partir das diferenciações político-territoriais, 09/2008, *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais – As desigualdades sócio demográficas e os Direitos Humanos no Brasil*. Vol. 16, pp. 1-17. Caxambu (MG), Brasil, 2008.
- TEIXEIRA, Alison N.; RIBEIRO, Mária B. P. A urbanização brasileira: reflexões acerca da segregação socioespacial. *XVIII Encontro Nacional de Geógrafos*. São Luís (MA), 2016.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524

ISSN: 2238-6424